

A história para salvar a política e a economia

Por Antonio Delfim Netto

Valor Econômico, 21.10.14

Mercado não pode existir sem um Estado para regulá-lo

Para tentar entender a situação social e econômica que estamos vivendo e o papel civilizatório do jogo entre duas instituições fundamentais, a "urna" e o "mercado", precisamos, sim, das teorias política e econômica mas, muito mais, da história.

O mecanismo indutor das enormes transformações sociais do último século tem sido o sufrágio universal. Quando acompanhado da educação, que eleva o espírito crítico, ele "empondera" o cidadão para escolher o caminho da sociedade civilizada que deseja. Nessa, a eficiência econômica produzida pelo uso dos mercados é instrumento necessário, mas não suficiente, para o pleno exercício da liberdade de iniciativa e a busca da igualdade de oportunidades.

Qual foi esse fundamental avanço civilizatório? Foi o "emponderamento" do cidadão que o sufrágio universal realizou no século passado. Ele impediu, cada vez mais fortemente, que o nível de emprego e o salário real fossem usados como variáveis de ajuste nas flutuações ínsitas do regime capitalista (mercados tradicionais desde a antiguidade + a propriedade privada + o mercado de trabalho, que tornou possível separar a mão de obra do seu produto), que era a solução "natural" sugerida pela maioria dos economistas.

A história dos últimos cem anos mostra que a cada surto do "laissez-faire" (particularmente depois dos anos 20 e 70 do século passado), seguiu-se uma grave crise do setor real induzida pelo sistema financeiro desregulamentado, que foi acompanhada por enorme discussão teórica sobre o papel do Estado na economia. Enquanto se discutia, ele nunca deixou de crescer, a ponto de tornar-se, em 1930-35, o "salvador de última instância" do capitalismo, o que se repetiu em 2008. Mas por que continuar a insistir no capitalismo? Pela simples e boa razão que ele é resultado de um mecanismo evolutivo de seleção quase natural, que tem a capacidade de adaptar-se combinando relativa eficiência alocativa com as sempre novas exigências sociais e com respeito à liberdade individual. Ele é apenas um instante do processo histórico: não é perfeito nem é o seu fim.

Imediatamente após a Primeira Guerra, o mundo assistiu a um enorme esforço de quase todos os países para restaurarem o sistema anterior, o padrão-ouro e o "laissez-faire". Tal equívoco afundou, em 1929, os EUA e o mundo, devido às patifarias promovidas pelo sistema financeiro desregulado, como mostrou o famoso Relatório Pecora, problema repetido, aliás, em 2007.

Como responderam as políticas dos países àquela tragédia? Sujeitaram suas economias a intervenções que variaram no tempo e na profundidade e em alguns casos suspenderam, de fato, o jogo político e adotaram o autoritarismo. É possível distinguir claramente o tempo e o custo do ajuste em função da natureza dessas escolhas.

Os EUA, com Roosevelt, regularam todo o sistema financeiro e avançaram nas políticas intervencionistas na agricultura e na indústria, a ponto dele ser

considerado "um comunista frustrado em seus desígnios pelo Suprema Corte americana"! Hoje é possível sorrir de tal tolice, mas é difícil ignorar que o controle e regulação do sistema financeiro permitiu o funcionamento razoável da economia até meados dos anos 70 do século passado, quando começou o seu desmonte.

Os países que em 1930-35 adotaram métodos contracionistas (a receita do então "mainstream") deram-se mal, como o Reino Unido (onde existia o suporte do seguro-desemprego), Holanda, Polônia, França etc. No início, a receita foi usada também na Itália e na Alemanha, que, sob o peso do enorme desemprego, desistiram do jogo! No final, todos os países acabaram aderindo ao mecanismo expansionista através dos seus bancos centrais (foi, aliás, quando esses adquiriram musculatura e se espalharam pelo mundo).

De acordo com o método contracionista, o desemprego crescente produziria em algum momento a queda do salário real e, assim, restabeleceria o equilíbrio no mercado de trabalho. A esse respeito, nada é mais eloquente do que um famoso artigo do respeitado economista Jacques Rueff, de 1931, no qual acreditou ter "provado" empiricamente que em última análise, era o seguro-desemprego que impedia o ajuste de salário no Reino Unido e, portanto, era o responsável pelo desemprego e pela crise.

A coisa interessante, e de certa forma curiosa, é que a expansão pela "demanda efetiva" foi proposta, basicamente, por economistas "práticos", antes que Keynes viesse a teorizá-la. Naquele momento, como agora, surgiu um grande esforço de superação do "capitalismo então existente". Ele sobreviveu adaptando-se e proporcionando relativa liberdade com alguma eficiência produtiva.

Quem tiver interesse nesse importante assunto, que retorna a cada grande crise (como agora), não deve perder o diálogo entre os professores D.F.Pegrum e C.Landauer, na "American Economic Review", de junho e dezembro de 1941. A história mostra como é ridícula a cíclica discussão mercado x Estado. O primeiro não pode existir sem um Estado constitucionalmente forte para regulá-lo e deixar que ele vá se ajustando para se acomodar às novas exigências sociais.